BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Setembro-Outubro-Novembro de 2007 - ISSN 2175-9103 36

8

Boletim Número 36
Data: Setembro-Outubro-Novembro/2007

EDITORIAL

Como resultado de um esforço da equipe em manter a periodicidade do Boletim PROEALC, é disponibilizada ao leitor a edição de número 36, referente aos meses de setembro e outubro. Este período foi marcado pelo incêndio ocorrido na UERJ em 30 de setembro, fato alarmante dentro de um contexto extremamente desfavorável na Universidade, o qual vem sendo caracterizado por sucessivos cortes de verbas, sucateamento e precarização das condições de ensino e trabalho. Em meio a esta conjuntura, o Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC - realizou no dia 08 de outubro um intenso debate "Direitos Humanos e Universidade Publica" que, apesar de ter ocorrido no primeiro dia de aulas após o incêndio, contou com a presença de um grande número de pessoas, de diversas universidades, instituições e movimentos sociais em defesa dos direitos humanos do Rio de Janeiro.

É importante destacar que a data deste seminário foi escolhida por ser o dia em que completava 40 anos da morte de um dos maiores ícones do século XX na América Latina, Che Guevara. Buscando politizar o debate sobre os rumos da universidade pública na contemporaneidade e reafirmá-la como espaço por excelência da realização dos direitos humanos, o Programa não poderia deixar de lembrar daquele que, cujo espírito revolucionário nos instiga a enfrentar o quadro de desencantamento vivenciado hoje. Por isso, o debate iniciou-se com um ato pela passagem dos 40 anos da morte de Che, realizado pela Coordenadora do Programa, Profa. Silene de Moraes Freire. Nesta ocasião, houve o lançamento da coletânea "Direitos Humanos na América Latina Contemporânea".

Demonstrando o nosso esforço em resistir e lembrando as palavras de Che de que é o preferível "morrer do que viver ajoelhado", esta edição do Boletim PROEALC traz um artigo que afirma a atualidade do pensamento de Che e sua influência na luta por uma outra sociedade. Neste mesmo espírito, destacamos os artigos sobre os 90 anos da Revolução Russa (produzido por bolsistas do PROEALC), e um artigo sobre o legado revolucionário de Caio Prado Jr., que completaria 100 anos este ano e cujo diferencial foi ter "nacionalizado" o marxismo, tendo sido o primeiro a usar o método marxista do materialismo histórico para analisar a condição brasileira, recebendo assim o título de uma dos maiores intelectuais brasileiros. Traz ainda um artigo que trata da ida do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à Europa visando incentivar a produção e comercialização do biocombustível, e busca problematizar as conseqüências do plantio desmedido para produção de etanol. Este artigo também é de autoria de bolsistas do PROEALC, que participam do grupo de Processos Políticos na América Latina Contemporânea.

Há um artigo que aborda as relações dos meios de comunicação e as eleições países da América Latina e suas implicações, indicando as suas implicações sobra a democracia na região, debate este que deve entrar na agenda pública de discussão.

Na sessão Painel Latino, há um artigo que faz um balanço das possibilidades de se colocar em prática um projeto político que rompa com o neoliberalismo a partir da vitória de Rafael Correa nas eleições do Equador, em 30 de setembro.

Além dos artigos supra mencionados, selecionamos uma entrevista com o economista costa-riquenho Win Dierckxsens onde ele analisa as possibilidades de resistência na América latina diante das fragilidades da hegemonia estadunidense.

A agenda de eventos traz o Seminário "Direitos Humanos e Universidade Pública" e o lançamento da coletânea "Direitos Humanos na América Latina Contemporânea" ocorrido na primeira semana de outubro.

Saudações acadêmicas,

Profa. Silene de Moraes Freire e Aline Silveira de Assis

DESTAQUE

No primeiro dia de aulas após o incêndio, PROEALC lota auditório da UERJ com o seminário

Aline Silveira de Assis*

Em meio a uma conjuntura imensamente desfavorável, marcada por sucessivos cortes de verbas, sucateamento e precarização das condições de ensino e trabalho, culminando no lamentável incidente que foi o incêndio ocorrido no último dia 30 de setembro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi espaço de um intenso debate promovido pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) , no dia 08 de outubro, intitulado “Direitos Humanos e Universidade Pública”.

Não por acaso foi esta a data escolhida, mas por ser este o dia que completou-se 40 anos de morte de um dos maiores ícones do século XX na América Latina – Ernesto Che Guevara -, cujo espírito revolucionário e compromisso com as classes subalternas deixou-nos grande legado, o qual precisamos reafirmar constantemente, diante do quadro de grande desencantamento político e ideológico.

Uma das grandes lições de Che Guevara foi conferir centralidade à Universidade Pública como espaço de realização dos direitos humanos no processo de emancipação humana e, seguindo este ideal, o PROEALC buscou afirmar com este debate a necessidade de resgate da esfera pública, da presença do Estado, no sentido de reverter todo este processo de “criminalização da pobreza”, que é resultado das escassas possibilidades de acesso à cidadania, ou seja, de acesso aos direitos humanos fundamentais, dentre eles a educação.

A abertura do evento foi realizada pela Coordenadora do PROEALC, Professora Silene de Moraes Freire, com um ato pela passagem dos 40 anos da morte de Che Guevara, e contou com a participação dos professores: Vitória Grabois, do Grupo Tortura Nunca Mais e do Grupo de Estudos de Direitos Humanos da UFRJ ; Ricardo Rezende, do Grupo de Estudos de Direitos Humanos da UFRJ; Jucinato de Sequeira Marques, Assessor da Secretaria de Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, o evento contou com a presença de muitos estudantes e professores da UERJ e de várias universidades do Rio de Janeiro, e militantes no campo dos direitos humanos, mostrando que a Universidade Pública ainda é o espaço de formação por excelência e de reflexão crítica.

Nesta ocasião, foi também realizado o lançamento da Coletânea “Direitos Humanos na América Latina Contemporânea”, organizada pela Professora Silene Freire. Esta coletânea foi resultado do I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza, realizado pelo PROEALC em outubro de 2006, na UERJ.

Nestes 40 anos, as palavras de Che ainda falam mais alto, nos levando a refletir e fortalecer nosso compromisso na luta por uma América Latina mais justa e democrática. Por isso, nunca é demais relembrar algumas delas:

“Seamos realistas y hagamos lo imposible"

"Acima de tudo procurem sentir no mais profundo de vocês qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. É a mais bela qualidade de um Revolucionário”

"Não há fronteiras nesta luta de morte, nem vamos permanecer indiferentes perante o que aconteça em qualquer parte do mundo. A vitória nossa ou a derrota de qualquer nação do mundo, é a derrota de todos"

"Sonhe e será livre de espírito... lute e será livre na vida"

"Prefiro morrer de pé que viver ajoelhado"

"Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás"

"No momento em que for necessário, estarei disposto a entregar a minha vida pela liberdade de qualquer um dos países da América Latina, sem pedir nada a ninguém"

*Bolsista PROATEC do PROEALC

Em Foco I

Crise abre oportunidades para América Latina, diz economista Win Dierckxsens

Entrevista de Jorge Pereira Filho, Brasil de Fato 29/10/2007

Em entrevista à Agência Brasil de Fato, o economista costa-riquenho Win Dierckxsens afirma que a hegemonia dos Estados Unidos está se fragilizando ao passo que experiências de resistência podem ganhar força. O poder dos Estados Unidos está ameaçado. E em um cenário como esse, nada como antecipar as soluções históricas: fazer a guerra para evitar a depressão econômica. Essa é a análise do economista Win Dierckxsens, costa-riquenho que participou da primeira mesa de debate da 1ª Conferência Vozes de Nuestra América, realizada em Fortaleza e no Rio de Janeiro, entre 16 e 21 de outubro.

Segundo ele, são crescentes as dificuldades para a maior potência capitalista manter sua hegemonia unipolar, o que coloca a possibilidade de uma grave crise do dólar e do aparato político-militar que sustenta a força dos Estados Unidos pelo globo. "A pergunta não é se esse modelo vai entrar em colapso, mas quando entrará", afirma Win. Para ele, essa conjuntura poderá impulsionar experiências como a da Alternativa Bolivariana das Américas (Alba) e o chamado Socialismo do Século 21 na Venezuela.

Brasil de Fato – Em sua exposição, o senhor fala em uma crise da hegemonia dos Estados Unidos e do próprio capitalismo.

Win Dierckxsens – Temos, hoje, um sistema monetário internacional baseado no dólar, que não está lastreado com o ouro. Assim, pode-se criar dinheiro indiscriminadamente a partir de uma pirâmide de empréstimos. O sistema financeiro ampliou a liberação de dinheiro para pessoas com capacidade cada vez menor de pagamento. E nesse processo de endividamento contínuo, os Estados Unidos são os líderes globais. Emitem bônus atrás de bônus – a maior parte comprada pelos chineses. Há uma interdependência. Se um dia os chineses disserem que não querem mais esses papéis, as exportações asiáticas se estancam, já que prejudicariam seus principais clientes. É por isso que os próprios Estados Unidos estão comprando, por sua vez, os novos bônus emitidos pela China, como apontam estudos recentes. Mas como fazem essa operação? Imprimindo dólares. O Tesouro dos EUA já não publica, desde 2006, o volume das impressões de dólares.

Brasil de Fato - Isso não provoca uma queda do valor do dólar pelo planeta?

Win Dierckxsens - Sim. Mas se internamente eu não posso multiplicar os dólares, a saída tem sido fazer com que cresça a necessidade pela moeda em outros países. Um exemplo é a Guerra no Oriente Médio. Saddam Hussein ameaçou converter suas reservas e a venda de petróleo para o euro. Agora é o Irã. Trata-se de complexo industrial-militar que precisa defender o dólar, oferecido ao mundo quase de forma ilimitada.

Brasil de Fato - Agora, apesar do declínio econômico, esse poderio militar não pode compensar ou mesmo reaquecer a economia dos Estados Unidos?

Win Dierckxsens - Ocorre que o poderio militar também está hipotecado. Em última análise, hoje, a China financia o complexo industrial militar norte-americano assim como também o fazem os países do Terceiro Mundo. A pergunta não é se esse modelo vai entrar em colapso, mas quando entrará. E o cenário é evitar isso

a todo custo, imprimir dólares continuamente e fazer a guerra. Não é uma ofensiva apenas contra o Irã, mas também contra a China – principal consumidor do petróleo iraniano – e contra a Rússia, o país que mais tem negócio com o projeto de energia nuclear. É uma crise mundial, diga-se de passagem. Se o dólar cair, os europeus entram em crise, os chineses também. Isso explica em parte porque o presidente da França está alinhado com os interesses dos Estados Unidos. No século passado, primeiro vinha a depressão; depois, a guerra. Agora, a guerra vem em forma preventiva para evitar a depressão.

Brasil de Fato - Há também teóricos que discordam dessa tese de que o imperialismo dos Estados Unidos cairá por suas contradições internas, quase que naturalmente...

Win Dierckxsens - Os Estados Unidos já mostraram que vão defender seu poder global de uma forma muito clara. Nesse sentido, não se pode dizer que é inevitável uma nova guerra mundial. Mas isso está no ar e os norte-americanos não vão renunciar a seus privilégios pacificamente. A questão é que, se não conseguem avançar nessa estratégia bélica, porque há contra-poderes muito fortes, vão entrar em colapso internamente. É o que eu sustento. Essas contradições não vão ser resolvidas em uma mesa de diálogo, mas no campo de batalha.

Brasil de Fato - Esse foco dos Estados Unidos em sua atuação no Oriente Médio, na Ásia, não abre novas possibilidades para a América Latina?

Win Dierckxsens - Ocorre que se há guerra ou depressão econômica, haverá menos comércio regular. E não resta saída a não ser voltar para si. Os países da América Latina vão precisar fazer produtos novos ou reparar aquilo que antes era importado.

Brasil de Fato - Mas isso já não está ocorrendo?

Win Dierckxsens - O que ocorre agora é a pura luta. A desconexão da Venezuela, do projeto da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), segue na contra-corrente das negociações de tratados de livre comércio (TLCs) e outros projetos de anexação declarada. Em um cenário de depressão do comércio internacional, é maior a possibilidade de esses processos transformadores se acelerarem. São sementes que podem brotar fortemente. A América Latina é a esperança.

Brasil de Fato - O senhor ressaltou, em sua palestra, que a Venezuela discute o Socialismo do Século 21. Mas o país segue deixando as transnacionais explorarem seu petróleo, importam boa parte dos alimentos e seguem em direção a um modelo de desenvolvimento inspirado pelas idéias keynesianistas.

Win Dierckxsens - Aí a está a luta interna. Na Venezuela, não há um Socialismo do Século 21, mas um grito. Há forças que querem implantar um projeto hegemonizado pelo capital nacional. De todo modo, segue em curso um processo de desconexão. O socialismo não vai ser declarado da noite para o dia em nenhum país. Em Cuba, na Rússia, foi com o decorrer dos anos, e não de início. A Venezuela é o país que mais importa alimentos porque tem a renda do petróleo. Mas aprenderam que, para ser menos vulneráveis a um bloqueio externo, tem que produzir internamente seus alimentos. Há um programa forte nesta direção. É preciso também capacidade de defesa. E a Venezuela está se armando. Os Estados Unidos e os europeus têm as mãos sujas e o exemplo de Salvador Allende está aí para mostrar que se unem em um banho de sangue, que freou aquele processo democrático chileno. Fábricas que foram fechadas durante o neoliberalismo estão sendo reativadas, por meio de cooperativas. Ocorre que esses e outros fatores apontam para um fortalecimento do poder estatal, em vez de mais poder para as bases populares. A discussão na Venezuela é: estamos rumo ao socialismo do Século 20 ou ao do 21? E a nova Constituição tem consciência disso. Propõe os conselhos comunais como fundamentais. Mas uma Constituição, sozinha, não muda nada. E o movimento social na Venezuela não era o mais forte da América, para dizer o mínimo. Esse é um problema a ser resolvido. O debate é: mais poder central ou conseguimos descentralizar o poder para que o povo, em última instância, defina as prioridades da sociedade.

Brasil de Fato - Com relação a isso, a situação na Bolívia não seria distinta, na qual Evo Morales chega à presidência com o fortalecimento de organizações populares?

Win Dierckxsens - Sim, é o inverso da Venezuela. O interessante da Bolívia é que põe a tese "desenvolvimentista", "neokeynesiana". Os bolivianos dizem: "não queremos os nacionais como exploradores dos recursos naturais, do povo; queremos uma mudança civilizatório compatível com nossa forma de ser". É

muito radical. Bolívia deu ao Socialismo do Século 21 o ingrediente dessas comunidades indígenas que se põem a pensar em novos paradigmas socialistas de uma maneira distinta.

Brasil de Fato - Em Cuba, está em curso um debate sobre os rumos da economia, como a publicação das Cartas de Che...

Win Dierckxsens - Isso é sinal muito positivo. Há um forte descontentamento popular, sobretudo após o desmembramento da União Soviética, que deixou Cuba isolada. Se não fosse pelo turismo, não teriam dólares para o comércio internacional. Isso fez com que a economia de mercado entrasse em Cuba. Quem trabalha com o turismo ou recebe remessas tem um poder aquisitivo muito superior que os trabalhadores dos setores da economia socialista clássica. Isso fomentou o consumismo e o descontentamento com a austeridade e a falta de tudo básico para a vida cotidiana. Por isso, cresce a necessidade desse debate de "para onde vamos?". Mas falta no texto do Che a discussão sobre a democratização, como definir as necessidades a partir da vontade das bases.

Brasil de Fato - Mas essa situação de carência não se deve apenas a fatores internos, há também o bloqueio dos Estados Unidos...

Win Dierckxsens - Bem, o bloqueio é verdade, mas a burocracia se refugia atrás desse argumento. O bloqueio dificulta a vida em Cuba, mas não é toda a verdade. É claro que essa ofensiva exige um poder central. Não é possível que amanhã, todas as decisões sejam tomadas por referendo, em uma caricatura absurda. Mas há setores da burocracia resistentes a mudança, sobretudo porque perderiam poder.

Brasil de Fato - Na Costa Rica, o plebiscito popular aprovou o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Foi uma derrota, apesar da pequena diferença?

Win Dierckxsens - Muito em breve, perceberemos o contrário. Se o "não" ganhasse, todas essas forças sociais se desarticulariam que se organizaram em campanha contra o TLC. Essa frente popular não teve acesso aos meios de comunicação, não tinha dinheiro. Todo o aparato do Estado foi utilizado para aprovar o TLC. O povo entendeu, nesse processo, que os meios de comunicação são dos ricos e para os ricos. E que o governo também serve aos ricos. Os Comitês Patrióticos que se organizaram nos bairros dos mais distintos municípios seguem existindo, agora, porque o TLC ainda não entrou em operação. Falta a aprovação de mais três leis que mudam a Constituição e derrubam os monopólios de telecomunicações e seguros. Se uma dessas leis não passar, não haverá TLC. Já o governo possui uma vantagem mínima no Congresso para aprová-la. Ou seja, a luta está em marcha.

Em Foco II

O legado revolucionário de Caio Prado Jr.

No centenário do historiador, especialistas discutem sua contribuição intelectual transformadora que reinventou o Brasil

Por Dafne de Melo, Agência Brasil de Fato, 11/02/2007

O título de um dos maiores intelectuais brasileiros não é o suficiente para defini-lo. Mais do que um acadêmico ou pensador, o historiador Caio Prado Jr primou pela coerência. Preso, perseguido ou marginalizado dentro da própria organização política que militava, esse paulistano comunista não se deixou seduzir por sua classe social de origem - a burguesia. Nas palavras do amigo Plínio de Arruda Sampaio, o historiador deixa um legado para a esquerda mais amplo do que sua densa obra que ainda gera debates e contribuições.

"Primeiro, deixa a lucidez, a capacidade que teve de ver e ler a realidade. Depois, deixa o legado da integridade: ele pagou todos os preços por suas idéias. A esquerda precisa disso, precisa ser lúcida e íntegra",

reflete o advogado Plínio de Arruda Sampaio, amigo pessoal daquele que, juntamente com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, fundou uma nova forma de interpretar o Brasil na década de 1930.

O diferencial de Caio Prado Jr - que completaria 100 anos no dia 11 de fevereiro - foi ter "nacionalizado" o marxismo, assinala Bernardo Ricupero, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Prado foi o primeiro a usar o método marxista do materialismo histórico para analisar a condição brasileira. "Ele não vê o marxismo como um conjunto de fórmulas prontas com uma validade pretensamente universal, mas o vê muito mais como uma abordagem. A partir dessa perspectiva, ele vai tentar entender a particularidade, a especificidade da experiência brasileira, numa referência claramente marxista", explica Ricupero.

LUCIDEZ

Anteriormente, diz Ricupero, o marxismo dominante no Brasil era o ligado às teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a que Caio Prado se filiou em 1931, sem nunca sair, até a sua morte em 1990. "Pode se dizer que eram praticamente a aplicação das chamadas teses da 3º Internacional Comunista sobre os países coloniais e semi-coloniais dependentes, para o Brasil". Ao serem simplesmente transpostas, argumentava Caio Prado, geravam uma leitura equivocada da realidade do país.

Inovadoras, as idéias do historiador repercutiram na sociedade e nos meios acadêmicos, mas não teve adesão da própria esquerda, incluindo o PCB, cuja visão etapista de que o país ainda tinha resíduos feudais em sua formação e, portanto, precisava passar por uma revolução burguesa para que só, então, a socialista pudesse ser feita foi hegemônica na esquerda brasileira até o Golpe Militar de 1964. Paulo Iumatti, pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, conta que no Partidão, o historiador sempre preservou uma postura de autonomia, buscando espaço pelas margens "Ele discordava radicalmente das teses do PCB, mas achava que não podia sair do partido para não enfraquecer. Nessa disputa, ele claramente não conseguiu fazer valer o ponto de vista dele", conta.

INTEGRIDADE

Depois do Golpe, a situação mudou. O triste desfecho de 1º de abril de 1964 fez grande parte da esquerda pôr em xeque as teses do PCB, sobretudo a aliança com o nacional-populismo de João Goulart . Plínio de Arruda Sampaio conta que Prado lidava com a questão de forma muito objetiva. "Isso está retratado em A Revolução Brasileira . Não há ressentimento pessoal, apenas diz: o erro é esse aqui. Ele sempre foi corretíssimo em sua lealdade aos comunistas, mas não cedia ao que ele considerava uma erro intelectual. E era de fato. Hoje, todos, de certa forma, dão razão a ele. Ou seja, não havia essa história de revolução burguesa por meio da aliança da classe operária com uma burguesia progressista. Ele dizia isso muito antes de 1964 e pagou todos os preços sem nunca renegar o partido", relembra.

Deste ônus por suas convicções estão quatro períodos na prisão por conta de sua militância no PCB: primeiro, de 1935 a 1937, durante a ditadura do Estado Novo; depois, em 1947, após se eleger deputado estadual pelo partido, posto na ilegalidade logo em seguida. Ainda em 1964, fica detido por uma semana no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Depois, em 1970, após voltar do exílio no Chile - onde também estava Plínio de Arruda Sampaio - fica um ano e meio detido, sob a acusação de incitar a luta armada em uma conferência concedida a estudantes. "Li o texto da conferência, ele absolutamente não pregou isso. Foi um pretexto para barrar a influência crescente dele no meio universitário", conta Sampaio.

INCONFORMISMO MORAL

Sempre presente na vida intelectual do país, Caio Prado Jr. também destacou-se como editor da Revista Brasiliense, criada ainda em 1955 e pertencente à editora de mesmo nome, do qual era o dono. Lá, diz Iumatti, o historiador constituiu um grupo muito importante, abrindo espaço para a produção universitária e de militantes, tornando a publicação uma referência.

Embora sempre presente no ambiente acadêmico, as conseqüências de suas escolhas políticas também se fizeram sentir nesse meio. Por duas vezes, foi impedido de lecionar na Universidade de São Paulo. Em 1956, defendeu tese de Livre Docência na Faculdade de Direito da USP - faculdade onde se graduou em 1928. "Ele é aprovado, mas não é escolhido como professor, já que a universidade naquele período é muito conservadora", avalia Bernardo Ricupero.

A segunda tentativa veio após convite de Sérgio Buarque de Holanda, para que ele assumisse seu lugar na cátedra de História do Brasil na USP. O concurso é então cancelado, seu título de livre-docência cassado e ainda é aposentado por decreto pela Ditadura. "Ele reconhecia os fatores e as causas dos acontecimentos, não se julgava vítima, mas um ator social. Tinha muita integridade moral, intelectual e política", conta Sampaio.

Algumas obras de Caio Prado Jr.

- Evolução Política do Brasil (1933)

- Formação do Brasil Contemporâneo (1942)

- História Econômica no Brasil (1945)

- Dialética do Conhecimento (1952)

- Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira (1954)

- Esboço de Fundamentos da Teoria Econômica (1957)

- Introdução à Lógica Dialética (Notas Introdutórias) (1959)

- O Mundo do Socialismo (1962)

- A Revolução Brasileira (1966)

- Estruturalismo de Lévi-Strauss - O Marxismo de Louis Althusser (1971)

- História e Desenvolvimento 1972

- A Questão Agrária no Brasil (1979)

Em Foco III

Mídia e eleições na América Latina

Por Venicio A. de Lima, 14/09/2007
Agência Brasil de Fato

Algo de muito estranho está acontecendo com os jornalistas da grande mídia no Brasil. Enquanto, por exemplo, florescem mundo afora cursos acadêmicos de graduação e pós-graduação sobre "estudos de mídia" (media studies), entre nós ainda se questiona arrogantemente a legitimidade de uma das mais importantes instituições do mundo moderno – a mídia – "ser tratada como um bloco".

Para certos jornalistas, "tratar a mídia como um bloco" é ignorar que possa haver algum tipo de competição (pluralidade) entre as empresas que produzem jornalismo e entretenimento ou alguma diversidade de conteúdo entre os veículos que elas controlam. Não se reconhece a existência de uma instituição que se

orienta por normas empresariais e rotinas profissionais padronizadas, independente da eventual pluralidade e diversidade que ainda possa existir e da relativa autonomia de trabalho do jornalista. É essa instituição – o coletivo dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão – que se chama universalmente de mídia e que se transformou em ator político central nas democracias contemporâneas.

Essa explicação preliminar sobre a existência da mídia (!!!) vem a propósito de um livro que acaba de ser lançado pelo C3 – Centro de Competencia en Comunicación, uma unidade regional de análise da comunicação para América Latina da Fundação Friedrich Ebert (FES), com sede em Bogotá, Colômbia.

Efetividade perdida

A FES é uma instituição que "baseia seus programas no ideário da social-democracia alemã e européia e mantém escritórios em mais de 70 países do mundo, sempre com a finalidade de cooperar na consolidação e no desenvolvimento de regimes democráticos e participativos" e está no Brasil há mais de 30 anos.

O livro, cujo título é Se nos rompió el amor – Elecciones y medios de comunicación, América Latina 2006, reúne 12 estudos de 15 especialistas, 11 deles sobre o papel da mídia nas eleições presidenciais realizadas em 11 países da América Latina, entre novembro de 2005 e dezembro de 2006. O décimo segundo estudo trata das eleições municipais e parlamentares realizadas em El Salvador.

A leitura desses textos é extremamente reveladora porque mostra como muitas das questões que foram discutidas entre nós ao longo do processo eleitoral de 2006 – e continuam na agenda pública – também estiveram e estão presentes nos debates realizados nos países vizinhos.

A tese principal do livro, simplificadamente, é de que o ano de 2006 passará para a história das relações entre a mídia e as campanhas eleitorais na América Latina como aquele em que os candidatos "romperam seu amor pela mídia" e preferiram a comunicação direta com a cidadania. Neste processo, a mídia perdeu seu protagonismo e converteu-se em polêmico ator político. O resultado foi que nasceu um "novo amor" entre candidatos/governantes e as populações, um amor sem mediadores, que converteu a mídia na "vilã" da vida política.

Os estudos chegam a várias conclusões, dentre elas, que a mídia se converteu em...

** ator que tomou posição política e abdicou de sua responsabilidade "iluminadora" nos processos eleitorais; e

** observadora interessada e intencionada abdicando de seu papel central de ser fórum da democracia.

Como conseqüência, em pelo menos 6 dos 11 processos eleitorais estudados – Bolívia, Chile, Brasil, Nicarágua, Equador e Venezuela –, a mídia perdeu efetividade na decisão de voto tomada pela maioria dos votantes já que não logrou converter seu desejo em decisões eleitorais. Nas outras cinco eleições – México, Peru, Costa Rica, Colômbia e Honduras – apesar de os candidatos apoiados pela mídia terem vencido as eleições, a mídia perdeu credibilidade e legitimidade.

Questões e constatações

Apesar de tudo, conclui-se também que a mídia continua sendo o cenário privilegiado onde as campanhas eleitorais se desenrolam; que o cidadão dificilmente pode decidir seu voto com base na informação, na análise e na opinião difundidas pela mídia; e que a mídia se converteu em parte do conjunto de instituições que é necessário mudar, da mesma forma que é necessário mudar as velhas práticas políticas, os partidos e a corrupção.

Como se vê, não foi somente no Brasil que se questionou o papel da mídia nas eleições. Ademais, a publicação de um livro que analisa o papel da mídia em 11 eleições presidenciais realizadas na América Latina, num período de 12 meses é, em si mesmo, uma excelente oportunidade para comparações e análises sobre o processo eleitoral, momento definidor das democracias.

Sem ignorar que as conclusões dos estudos publicados em Se nos rompió el amor – Elecciones y medios de comunicación, América Latina 2006 serão rejeitadas pela grande mídia brasileira – que, aliás, sequer admite a sua existência como instituição coletiva – é reconfortante saber que questões e constatações que se fazem aqui coincidem com questões e constatações que também se fazem em outros países.

As relações da mídia com a democracia entraram definitivamente na agenda pública de discussão. E não somente no Brasil.

* Algo de muito estranho está acontecendo com os jornalistas da grande mídia no Brasil. Enquanto, por exemplo, florescem mundo afora cursos acadêmicos de graduação e pós-graduação sobre "estudos de mídia" (media studies), entre nós ainda se questiona arrogantemente a legitimidade de uma das mais importantes instituições do mundo moderno – a mídia – "ser tratada como um bloco".

Para certos jornalistas, "tratar a mídia como um bloco" é ignorar que possa haver algum tipo de competição (pluralidade) entre as empresas que produzem jornalismo e entretenimento ou alguma diversidade de conteúdo entre os veículos que elas controlam. Não se reconhece a existência de uma instituição que se orienta por normas empresariais e rotinas profissionais padronizadas, independente da eventual pluralidade e diversidade que ainda possa existir e da relativa autonomia de trabalho do jornalista. É essa instituição – o coletivo dos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão – que se chama universalmente de mídia e que se transformou em ator político central nas democracias contemporâneas.

Essa explicação preliminar sobre a existência da mídia (!!!) vem a propósito de um livro que acaba de ser lançado pelo C3 – Centro de Competencia en Comunicación, uma unidade regional de análise da comunicação para América Latina da Fundação Friedrich Ebert (FES), com sede em Bogotá, Colômbia.

Efetividade perdida

A FES é uma instituição que "baseia seus programas no ideário da social-democracia alemã e européia e mantém escritórios em mais de 70 países do mundo, sempre com a finalidade de cooperar na consolidação e no desenvolvimento de regimes democráticos e participativos" e está no Brasil há mais de 30 anos.

O livro, cujo título é Se nos rompió el amor – Elecciones y medios de comunicación, América Latina 2006, reúne 12 estudos de 15 especialistas, 11 deles sobre o papel da mídia nas eleições presidenciais realizadas em 11 países da América Latina, entre novembro de 2005 e dezembro de 2006. O décimo segundo estudo trata das eleições municipais e parlamentares realizadas em El Salvador.

A leitura desses textos é extremamente reveladora porque mostra como muitas das questões que foram discutidas entre nós ao longo do processo eleitoral de 2006 – e continuam na agenda pública – também estiveram e estão presentes nos debates realizados nos países vizinhos.

A tese principal do livro, simplificadamente, é de que o ano de 2006 passará para a história das relações entre a mídia e as campanhas eleitorais na América Latina como aquele em que os candidatos "romperam seu amor pela mídia" e preferiram a comunicação direta com a cidadania. Neste processo, a mídia perdeu seu protagonismo e converteu-se em polêmico ator político. O resultado foi que nasceu um "novo amor" entre candidatos/governantes e as populações, um amor sem mediadores, que converteu a mídia na "vilã" da vida política.

Os estudos chegam a várias conclusões, dentre elas, que a mídia se converteu em...

** ator que tomou posição política e abdicou de sua responsabilidade "iluminadora" nos processos eleitorais; e

** observadora interessada e intencionada abdicando de seu papel central de ser fórum da democracia.

Como conseqüência, em pelo menos 6 dos 11 processos eleitorais estudados – Bolívia, Chile, Brasil, Nicarágua, Equador e Venezuela –, a mídia perdeu efetividade na decisão de voto tomada pela maioria dos votantes já que não logrou converter seu desejo em decisões eleitorais. Nas outras cinco eleições – México,

Peru, Costa Rica, Colômbia e Honduras – apesar de os candidatos apoiados pela mídia terem vencido as eleições, a mídia perdeu credibilidade e legitimidade.

Questões e constatações

Apesar de tudo, conclui-se também que a mídia continua sendo o cenário privilegiado onde as campanhas eleitorais se desenrolam; que o cidadão dificilmente pode decidir seu voto com base na informação, na análise e na opinião difundidas pela mídia; e que a mídia se converteu em parte do conjunto de instituições que é necessário mudar, da mesma forma que é necessário mudar as velhas práticas políticas, os partidos e a corrupção.

Como se vê, não foi somente no Brasil que se questionou o papel da mídia nas eleições. Ademais, a publicação de um livro que analisa o papel da mídia em 11 eleições presidenciais realizadas na América Latina, num período de 12 meses é, em si mesmo, uma excelente oportunidade para comparações e análises sobre o processo eleitoral, momento definidor das democracias.

Sem ignorar que as conclusões dos estudos publicados em Se nos rompió el amor – Elecciones y medios de comunicación, América Latina 2006 serão rejeitadas pela grande mídia brasileira – que, aliás, sequer admite a sua existência como instituição coletiva – é reconfortante saber que questões e constatações que se fazem aqui coincidem com questões e constatações que também se fazem em outros países.

As relações da mídia com a democracia entraram definitivamente na agenda pública de discussão. E não somente no Brasil.

* Venicio A. de Lima, Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília. Autor/organizador, entre outros, de "A mídia nas eleições de 2006" Editora Fundação Perseu Abramo - 2007

O Equador ensaia a "revolução cidadã"

Num país marcado pela debacle do sistema político tradicional, uma Assembléia Constituinte promete "refundar a República". Apoiado por movimentos cidadãos, o presidente Rafael Correa sonha com um modelo em ruptura com o neoliberalismo — e enfrenta oposição da mídia e da oligarquia.

Por Hernando Calvo Ospina, 28/11/2007

"É agora que começa o desafio da mudança", dispara Rocío Peralbo, jornalista e conhecida militante dos direitos humanos. "Todas as condições são favoráveis, seremos os únicos culpados se fracassarmos." A história do Equador jamais tinha visto triunfo eleitoral tão surpreendente. Em 30 de setembro, 70% dos eleitores depositaram sua confiança nos candidatos do movimento Alianza País [1], que compartilham o projeto do presidente Rafael Correa. Com 80 das 130 cadeiras, terão uma maioria confortável na Assembléia Constituinte, graças à qual o chefe de Estado quer "refundar a República" e pôr em marcha um modelo de desenvolvimento em ruptura com o neoliberalismo [2].

A Alianza País nasceu no final de 2005. "Não era um agrupamento de iluminados, mas um movimento que se nutria das lutas e dos esforços de diversos setores sociais e políticos", explica Alberto Acosta, ex-ministro das Minas e Energia e futuro presidente da Assembléia Constituinte. Desse movimento saiu o candidato Correa, economista e professor universitário, vencedor da eleição presidencial em novembro de 2006. "Éramos especialistas em protestar. Chegando ao poder, tivemos de começar a construir."

É em Quito, no Palácio de Carondelet, um monumento da arquitetura colonial, que se encontra a sede do governo. Em sua sóbria mesa de trabalho, o presidente Correa afirma: "Empreendemos uma 'revolução cidadã' que deve nos levar a transformar radical, profunda e rapidamente as estruturas deste país. As que existem hoje não funcionam mais".

Motoristas de táxi, vendedoras de jornal, engraxates, escriturários, todos, ou ao menos muitos, acreditam nesse projeto conduzido pelo chefe de Estado. Num país que conheceu oito presidentes em dez anos, não depositam confiança alguma no Congresso, que consideram incompetente e corrupto. Uma recusa eloqüente da "partidocracia" — é assim que Correa chama os partidos, feudos e grupos dirigidos por caudilhos que dominavam até então a cena política. A tal ponto que, durante as eleições que o viram triunfar na presidência, seu movimento, Alianza País, não apresentou nenhum candidato aos cargos legislativos, deixando o Congresso nas mãos da oposição. Foi um investimento pesado na opção pela Assembléia Constituinte, que poderá substituir o Congresso atual.

Bispo de Esmeraldas, D. Eugenio Arellano vive, no Equador há mais de 30 anos, "sempre muito perto do povo", o que o leva a garantir que conhece "90% de seus habitantes". Ele declara: "Este novo governo gerou uma enorme esperança no seio da população, a esperança de melhorar radicalmente as condições de vida". Afirmando que a Igreja equatoriana já fez sua escolha, acrescenta: "Devemos apoiar, acompanhar e nos tornar os propagadores dessa esperança". Mas, como diz uma expressão popular, "o caminho está cheio de cobras".

Um país empobrecido, onde o petróleo pode ser maldição

O Equador tem cerca de 13 milhões de habitantes. Em 2006, segundo o Inec (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos), 12,9% dos cidadãos não dispunham de um dólar por dia para garantir sua alimentação e figuravam na categoria dos "indigentes". Em média, 38,3% dos equatorianos viviam numa pobreza crônica; 60% eram subempregados. Segundo a mesma fonte, 26% das famílias recorreram ao endividamento, em 2006, para enfrentar os gastos com saúde, alimentação, educação etc. Os demais dados sócio-econômicos vão na mesma direção.

Os projetos de desenvolvimento do governo de Correa têm sua fonte imediata de financiamento no petróleo, do qual o Equador é o quinto produtor na América Latina. As histórias de ambos — o Equador e o petróleo — estão intimamente ligadas.

Em 1972, um golpe de Estado levou ao poder "militares nacionalistas apegados à soberania do país", conta o ex-contra-almirante Gustavo Jarrín, que, na época, foi nomeado ministro dos Recursos Naturais e Energéticos. Até então nas mãos de multinacionais norte-americanas, a exploração petrolífera passa ao controle do Estado. Várias empresas estrangeiras abandonam o país, outras aceitam as condições dos militares, inclusive a redução do prazo dos contratos de exploração, que passam de 50 para 20 anos. Em novembro de 1973, como o Equador passa a integrar a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), os Estados Unidos suspendem sua ajuda militar. Mas, desde então, o Estado recebe 90% das receitas com petróleo, no lugar dos cerca de 5%, o que acarreta uma período de prosperidade econômica.

Jarrín se lembra com paixão que, em 1978, o sistema democrático foi restabelecido, com a chegada ao poder do candidato de um pequeno partido de centro-esquerda, Jaime Roldos. Esse morreu em 24 de maio de 1981, num acidente aéreo considerado suspeito. Em seguida, e em menos de 30 anos, a situação se inverte: novamente, 80% das receitas do petróleo caem nos bolsos das transnacionais. "Em alguns casos, os terrenos cedidos para a exploração do petróleo incluíam até mesmo a igreja e o parque da aldeia!"

"Incrível, mas legal", confirma Acosta. "Está escrito na Constituição. O argumento? A liberdade para os investidores estrangeiros." Ministro da energia no primeiro gabinete de Correa, e confrontado com a impossibilidade de poder mudar o que quer que seja no quadro das leis em vigor — já que o Congresso permanece nas mãos da oposição —, ele se demitiu em junho de sua função para poder se apresentar como candidato à Assembléia Constituinte. "O petróleo não tem sido garantia de desenvolvimento para o Equador, embora seja essencial para a economia." De fato, as populações que conhecem o mais alto índice de pobreza — e de câncer! — se acham nas províncias petrolíferas. "A Amazônia foi destruída e dois povos nativos desapareceram por causa da falta de dignidade dos governos e da ação das transnacionais, que têm agido como empresas demolidoras."

Para a mídia, qualquer mudança profunda é dispensável

A recuperação dos recursos petrolíferos foi posta na ordem do dia desde a campanha de Correa. Como na Venezuela e na Bolívia, os investidores estrangeiros serão bem-vindos, desde que se curvem aos interesses nacionais. "E a abertura comercial desregrada não será aceita", precisa Acosta. "Nenhum dos países que se abriu dessa maneira saiu ganhando; ao contrário, perderam muito."

Outra tarefa estratégica: a busca da soberania regional. "Temos de enterrar essa visão de abertura para o Império [Estados Unidos] e de fechamento para nossos vizinhos. É preciso lutar pela integração latino-americana." Nesse campo, explica Correa, "sou um 'operário' a mais, ao lado dos presidentes Chávez e Evo Morales, sem esquecer os chefes de Estado do Brasil e da Argentina, que também partilham desse estado de espírito". Assim, em agosto, Quito e Caracas assinaram um acordo de integração energética para a construção de uma refinaria em Manabí (Equador). Essa instalação evitará que o Equador exporte seu petróleo bruto para importá-lo depois de refinado. "A integração é necessária e inevitável", prossegue o presidente. "Talvez muitas pessoas não se dêem conta disso, mas essa parte do mundo vive um momento extraordinário. Devemos contribuir para a construção da Grande Pátria sonhada por Simón Bolívar."

Nem é preciso dizer que, nos ambientes conservadores, esse discurso novo não provoca grande entusiasmo. Jornalista, astro dos espaços políticos do canal Teleamazonas, Jorge Ortiz tem muitas dúvidas acerca do rumo que o projeto de Correa tomará. "É muito provável que ele escolha o modelo econômico 'chavista'. Já copiou o conceito de 'socialismo do século 21', que ninguém sabe exatamente o que significa." A proximidade com o colega venezuelano Hugo Chávez é o argumento mais usado para atacar o presidente Correa. A comparação não é nada fortuita. Há vários anos, a grande imprensa equatoriana matraqueia: Chávez é um "demônio", um "louco", um "comunista", que empobreceu e dividiu seu povo. Não é preciso fazer nenhuma mudança estrutural no Equador, afirma Ortiz. "Por que não conservar o modelo econômico atual, já que funcionou até agora? Basta fortalecê-lo."

Durante as entrevistas com o presidente, o passado não existe: é como se os problemas do país tivessem começado em 15 de janeiro de 2007, quando ele tomou posse. O objetivo de alguns jornalistas é, evidentemente, encurralá-lo, mas Correa os desarma graças à sua formação universitária, à sua excelente memória e porque está sempre bem informado. Ele lhes mostra que estão mentindo, que especulam com os números e os fatos. Desesperados, os opositores atacam com mais vigor. Jorge Ortiz sustenta que eles agem com Correa como faziam com seus predecessores. "A diferença é que os outros aceitavam a contradição, ao passo que ele é visceralmente intolerante. Ele desacredita a imprensa para se subtrair às críticas e poder, assim, destruir o sistema democrático existente."

Acaba relação promíscua entre governo e donos de jornais
Sem ser "correísta", Rodrigo Santillán, ex-presidente da União Nacional dos Jornalistas e presidente de seu Tribunal de Honra, reconhece que, desde o momento em que Correa "começou a falar da necessidade de mudanças nas estruturas da nação", ele sofreu uma avalancha de ataques e insultos "provenientes dos meios de comunicação mais importantes". Santillán confessa que tem vergonha do espetáculo exibido por sua profissão: "Em vez de serem conduzidos diante do Tribunal de Honra, dois jornalistas que [durante uma entrevista coletiva] insultaram publicamente o presidente foram convertidos em heróis" [3]. A agressividade de um deles foi tamanha que o serviço de segurança do presidente teve de expulsá-lo.

Num país onde não existe nenhuma rede pública de televisão e de rádio, Correa — que pretende corrigir essa situação insólita — desloca-se todo sábado até uma cidade para, ali, "prestar contas" à população. A cada vez, convida dois ou três jornalistas. Rocío Peralbo constata que, pela primeira vez, os profissionais da mídia alternativa e regional estão ganhando voz. "Isso só faz aumentar o mal-estar da imprensa em relação ao presidente." A resposta dele foi clara e nítida: "Nós democratizaremos a informação. Decidimos não conceder mais privilégios àqueles que, desde sempre, foram privilegiados".

Ao longo do ano, em coordenação com os principais meios de comunicação equatorianos, algumas organizações internacionais de defesa da liberdade de expressão, deixando de reconhecer esse conluio entre mídia e poderes econômicos e financeiros, têm protestado contra a decisão presidencial de não conceder entrevistas a certos jornalistas. Lá, de novo, o chefe de Estado não teve papas na língua: "Se alguns me insultaram e deformaram minhas palavras, eu tenho, enquanto pessoa e presidente, a liberdade de expressão de lhes dizer que não me presto a esse jogo em nome da liberdade de imprensa".

O ex-ministro Acosta vê outro motivo de tensão no fato de que, pela primeira vez, um governo "não tem relação incestuosa com a imprensa. Não somos o único país do mundo onde isso acontece, mas aqui era normal que os proprietários dos meios de comunicação fossem nomeados para cargos honoríficos que nada tinham a ver com a profissão".

Na fronteira com a Colômbia, refugiados e tensão. No Equador, dos sete canais de televisão, seis pertencem a grupos bancários ou dependem de clãs financeiros. "A classe social formada por uma centena de famílias, a mesma que manteve as rédeas do poder", afirma o bispo Arellano, "forjou a opinião pública e gerou uma espécie de filosofia social em seu favor, porque possuía os maiores meios de informação."

"A democracia é boa", enfatiza o presidente, "desde que os interesses do setor oligárquico não sejam ameaçados. Desde que um governo não pretenda redistribuir as riquezas nacionais. Nesse momento, a agressividade da imprensa desperta. Assim, ainda que a grande mídia e seus jornalistas não sejam responsáveis pelos males do país, eles contribuem seriamente para isso." No que lhe diz respeito, o jornalista Santillán "sabe" que a embaixada americana em Quito age — discretamente, mas age. "Ela está cada vez mais mancomunada com os grandes meios de comunicação, que estão exultantes. Não falta muito para que se torne maciça a campanha de demonização do presidente. É um primeiro passo para tentar a desestabilização."

A atual determinação do governo equatoriano entra, na perspectiva de Washington, na categoria da insubmissão. "Esperamos que os Estados Unidos, mas também a União Européia ou qualquer outra nação, nos respeitem", declara com firmeza Correa, "e que ninguém tente nos ditar as políticas que devemos seguir, nem realizar qualquer tipo de intervenção."

Todavia, mais que a ação dos Estados Unidos contra o governo, o que constitui atualmente uma fonte de preocupação em Quito é a guerra na Colômbia. Cerca de meio milhão de colombianos se instalaram no Equador, e muitos deles fazem parte dos "desalojados" que tiveram de fugir do conflito. A cada dia, centenas de pessoas buscam um refúgio temporário deste lado da fronteira. Nessa região limítrofe, a situação às vezes é tensa, ainda que o governo equatoriano e suas forças armadas venham agindo com prudência e humanidade.

Correa anunciou que não vai se imiscuir na guerra civil que assola o país vizinho. E que tampouco qualificaria de grupo "terrorista" a guerrilha das Forças Armadas Revolucionários da Colômbia (Farc). Tem repetido que seu governo está disposto a contribuir na busca de uma solução política do conflito. Mas permanece categórico ao afirmar que "o Plano Colômbia, implementado por Bogotá e Washington, é um plano militarista e violento que, em vez de ajudar a resolver a situação dramática, só serve para agravá-la".

Velha torneira seca e sistema financeiro entra em pânico
Correa não somente exigiu de seu colega colombiano Alvaro Uribe que interrompesse as fumigações aéreas sobre as plantações de coca próximas da fronteira, como também advertiu que, se necessário, levaria o caso aos tribunais internacionais. Comissões governamentais e independentes têm reconhecido os graves efeitos dos produtos químicos sobre as pessoas, a água, os animais e as plantas. "Nosso vizinho é um país-irmão, mas temos de impor limites ao Plano Colômbia."

Outra preocupação, aliás, existe em Quito: o governo colombiano poderia ser o cavalo de Tróia de Washington para sustentar uma tentativa de desestabilização do governo equatoriano. Em diversas ocasiões, ele agiu assim em relação à Venezuela.

Se o governo não gozasse de um apoio popular da ordem dos 80%, pensam muitos, "há muito tempo já teria havido uma tentativa de golpe de Estado". Contudo, sempre em contato com os oficiais de alta patente, o contra-almirante Jarrín garante: "Não percebi a menor intenção entre eles de participar de uma aventura do gênero".

É verdade que o governo está ganhando a simpatia dos militares graças às medidas que tomou em favor deles. Com condições de trabalho e de vida deploráveis, militares e policiais não foram bem tratados no passado. Além disso, importantes projetos de desenvolvimento nacional são confiados aos corpos de engenheiros das forças armadas. A iniciativa não agrada as empresas privadas e estrangeiras, mas o governo defende a capacidade desses profissionais e lembra que, com toda lógica, uma parte do dinheiro investido dessa maneira será recuperada pelo Estado.

Até o momento, afirma-se no Palácio de Carondelet, "tudo era feito em função do capital financeiro especulativo, e não dos geradores de riqueza". No Equador, as contradições chegaram a tal ponto que, enquanto o setor produtivo se achava em crise, o setor financeiro, que o administra, batia todos os recordes de

lucro. "O problema é que muitos presidentes de empresa fraudam: não pagam impostos, exploram seus trabalhadores, não respeitam o meio ambiente etc. Esses realmente têm o que temer com nosso projeto de um novo Estado. Eles gostariam de assistir à desestabilização deste governo, que não poderão dominar."

O jornalista Jorge Ortiz vê o futuro com um olhar pessimista, para não dizer catastrofista: "Vão ocorrer grandes enfrentamentos, principalmente porque o presidente Correa se tornou um homem que provoca o ódio, as rivalidades, as divisões entre os equatorianos". Em contrapartida, o bispo Arellano propõe outra explicação para as dificuldades futuras: "A minoria de privilegiados se empenha em dar fim a este projeto de vida. O choque virá do lado deles, pois serão atacados em seus privilégios desmedidos. Eles se sentem como a criança de quem se retira o seio em que mamava: eles choram".

[1] Ao qual se juntam alguns aliados como o Movimento Popular Democrático (MPD) e o movimento indígena Pachakutik.

[2] Dirigido pelo ex-presidente Lucio Gutiérrez, demitido de suas funções por uma mobilização popular em abril de 2005, o Partido Sociedade Patriótica (PSP) mal ultrapassou os 7% dos votos. O Partido Renovador Institucional-Ação Nacional (PRIAN), do magnata da banana Alvaro Noboa, obteve 6,5% dos votos. O quarto lugar coube ao Partido Social Cristão (PSC, 3,7%), que dirigiu a política equatoriana durante duas décadas.

[3] Emilio Palacios, do diário El Universal, e Alfonso Espinosa de los Monteros, diretor dos jornais televisivos do canal Ecuavisa. Este recusou o lugar de vice-presidente que lhe foi proposto no PSC durante as eleições de 2006.
Le Monde Diplomatique

* Hernando Calvo Ospina é jornalista e autor, entre outros, de "Salsa", "Don Pablo Escobar", "Perú: los senderos posibles", "Terrorismo e otros maleficios", "Disidentes o mercenarios" e "Ron Barcardí: la guerra oculta"

Espaço Aberto

A Propósito dos 90 anos de uma Revolução Comunista

Gabriela Nunes Penha*
Maria Clara de Arruda Barbosa**
Rafael dos Santos***

A Revolução de 1917 feita pelo movimento operário na antiga Rússia czarista foi sem dúvidas um divisor de águas no século XX, pois elevou o proletariado enquanto classe no cenário mundial e fez surgir uma possibilidade de sociedade oposta ao capitalismo, fazendo com que países do centro capitalista reorganizassem seu aparato político, econômico e social a fim de conter o espectro do socialismo em suas fronteiras.

Em alguns países da Europa, como, por exemplo, Alemanha e Itália, em razão das perdas na Primeira Guerra Mundial e da crise do capitalismo no final dos anos 20, vimos a ascensão de regimes totalitários como alternativa para a resolução das mazelas sociais que sofriam essas sociedades capitalistas, principalmente a massa operária. Além disso, as classes dominantes temiam as lutas proletário-socialistas que haviam ganhado impulso sob a influência da Revolução Russa, por isso a adesão burguesa aos governos autoritários e centralizados como os de Mussolini e Hitler para garantir a ordem capitalista.

Na América do Norte presenciamos a formação do Estado de Bem-Estar Social nos Estados Unidos para tentar amenizar a situação de miséria vivida pelos trabalhadores, em sua maioria industriais, devido à perda de seus empregos ocasionada pela quebra de inúmeras empresas devido a crise de 29, e que tanto geraram conflitos sociais.

Na América Latina, também tivemos exemplos de governos autoritários que se legitimavam no poder com a justificativa de combate ao comunismo, conseguindo assim a adesão dos segmentos reacionários da sociedade. Mas, apesar do avanço desses regimes totalitários, temos em Cuba, no Caribe, o sucesso da Revolução Socialista Cubana, que tenta se manter até os dias de hoje, mesmo com todo embargo econômico da maior economia mundial capitalista, os EUA.

Já no Continente Africano e Asiático, percebemos a importância da Revolução de 1917 nos processos políticos de descolonização desses países, muitos foram os que recorreram à URSS para pedir o seu apoio na luta pela sua independência. Podemos destacar também a Revolução Socialista na China que passa a manter laços de apoio e solidariedade com a União Soviética.

Assim, vemos como a Revolução Russa em 1917 abalou e continua abalando as estruturas do mundo capitalista, vide as experiências socialistas ainda existentes. Esta revolução representa a possibilidade de uma nova ordem social que liberte os homens do julgo da dominação e da exploração burguesa. É um referencial de luta do movimento operário no embate contra toda miséria e opressão geradas pelo sistema capitalista, na tentativa de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

*Gabriela Nunes e Maria Clara Arruda são estudantes da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Rafael dos Santos é estudante da Faculdade de Ciências Sociais da UERJ. Todos os autores são bolsistas do PROEALC

40 Anos Depois de Morto, Che Ainda Habita Nossos Sonhos de Liberdade

*Ana Carolina Brandão Vazquez**
*Renata Ferreira de Oliveira***

A figura de Che Guevara, seus sonhos e ideais sobrevivem, mesmo após quarenta anos de sua morte, mantendo-se assim como símbolo das gerações atuais que lutam pela América Latina.

O Programa de Estudos de América Latina e Caribe tem a preocupação de refletir na atualidade o legado de Che, sua luta, sua garra e determinação. Nos trinta anos de sua morte, em 1997, realizamos um evento em sua homenagem com a pretensão de resgatar sua memória. Evento este com participações de: Fermim Rodriguez, cônsul de Cuba; Professora Dra. Lená Medeiros de Menezes, Professor Dr. Emir Sader, dentre outros.

Juntamente com o lançamento da coletânea “Direitos Humanos na América Latina Contemporânea”, no debate: “Direitos Humanos e Universidade Pública”, organizado pela Professora. Dra. Silene Freire, na Uerj, um ato de comemoração ao quarenta anos da morte de Che foi realizado no intuito de demonstrar que, na conjuntura atual, apesar das tentativas de anulação de sua memória e desmistificação de seus ideários, verificamos os reflexos deste homem, que foi herói, exemplo nítido de solidariedade, com suas lutas contra a injustiça social, tornou-se ícone de justiça e merece ser homenageado. Diversos países como: Cuba, Bolívia e Argentina realizaram atos em sua memória.

Na cidade de Santa Clara, situada em Cuba e tomada por Che na revolução cubana dirigida por Fidel Castro em 1958, estão os restos mortais do revolucionário, e neste cenário sua família e a população participaram do principal ato em sua homenagem .

Pode-se dizer que Ernesto Guevara de la Serna é o revolucionário que mais marcou a história latino-americana, tornando-se assim um mito que se mantém presente inspirando-nos com sua bondade, generosidade, coragem. É uma grande lição para todos que desejam uma América Latina democrática e sem discriminação. Entender o significado da figura de Che, seu idealismo e inconformismo é de extrema importância, pois nos auxiliam no enfretamento das questões e dos desafios contemporâneos que envolvem os direitos humanos.

Che possuía uma visão muita clara da realidade que vivia o povo latino-americano e queria modificá-la, deixou seu berço burguês em prol da justiça social e lutou até a sua morte sonhando com a igualdade e fraternidade. Merece respeito e certamente não será esquecido, enquanto houver pessoas de bom coração e que acreditem na transformação da realidade capitalista.

Compreende-se, então, que uma vez herói sempre herói, passarão mais quarenta anos e o exemplo deste revolucionário e a sua trajetória se manterão vivos no imaginário social, nos dando força para não perdermos a esperança e não desistir da luta, porque somos todos companheiros.

"Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros".
"Muitos dirão que sou aventureiro, e sou mesmo, só que de um tipo diferente, daqueles que entregam a própria pele para demonstrar suas verdades."

(Che)

*Ana Carolina Brandão Vazquez é estudante da Faculdade de Serviço Social e Renata Ferreira de Oliveira é estudante do Instituto de Letras da UERJ. As autoras são bolsistas do PROEALC.

O Cacheiro Viajante Lula da Silva no " Velho Mundo"

*André Carli Philot**
*Gláucia Almeida***

O presidente Luís Inácio Lula da Silva esteve entre os dias 08 e 17 de setembro deste ano na Europa. Uma das principais questões que motivara a viagem foram rodadas de negociações com chefes de Estados e empresários multinacionais sobre o incentivo à produção e comercialização do biocombustível.

O Brasil hoje é o maior produtor mundial de álcool combustível e também de biodiesel produzido a partir da soja, do girassol, da cana-de-açúcar e de resíduos de frituras. Como divulgado pela impressa nacional e internacional, a produção 2006/2007 foi recorde, estimada em 474,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e segundo o Governo, estima-se que em 2007/2008 a produção de cana-de-açúcar será ainda maior já que a demanda do mercado interno e externo se estendeu, sendo que mais de 44% será para a produção de etanol.

Lula visitou no continente europeu países como a Finlândia, Suécia, Bélgica, Dinamarca e Noruega para alianças em torno do etanol, argumentando dentre outras coisas a defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável - motivo também explicitado pela União Européia - para o incentivo à produção e exportação do biocombustível. Entretanto, nem tudo se apresenta como flores. Sabemos que o número de pessoas empregadas no corte de cana é imenso, dentro deste universo temas tais como um exército de migrantes e bóia-frias com salários baixos (R$ 2, 5 por tonelada), super-exploração, depredação da saúde, e outros tem presença marcante no cotidiano destes trabalhadores. Muitos dos trabalhadores rurais sofrem com as péssimas condições de trabalho, situação que já levou à morte por exaustão, não são assegurados pelas leis trabalhistas e a situação tende a agravar, já que está em curso a desregulamentação das mesmas, via Reforma Trabalhista. Ainda sobre as conseqüências do plantio desmedido para produção de etanol, o solo torna-se frágil por conta da produção massiva e desorganizada de elementos como soja, cana-de-açúcar, o que acabará por substituir florestas e terras de pastagem. Além disso, cada litro de biocombustível consome cerca de quatro litros de água, o que representa um risco de maior escassez de fontes naturais.

* André Philot é estudante da Faculdade de Filosofia da UERJ e Gláucia Almeida é estudante da Faculdade de Educação da UERJ. Os autores são bolsistas e membros do grupo de Processos Políticos na América Latina Contemporânea do PROEALC

Painel Latino

Cristina: O Revezamento Político

*Dinah da Silva**

Depois de grande indecisão do presidente Nestor Kirchner se lançaria sua candidatura à reeleição ou se apostaria em sua esposa como possível sucessora, optou pela última alternativa. A 19 de julho de 2007 é lançada oficialmente a candidatura de Cristina Fernández de Kirchner, primeira-dama e senadora, e se eleita, ocupará seu primeiro cargo executivo. Antes de se lançar candidata, Cristina já procurava apoios externos e conseguiu alguns importantes como o de Felipe Calderón, presidente do México e, também, do presidente Lula.

A verdade é que esta é uma velha estratégia (que nós aqui no Rio de Janeiro bem conhecemos) de continuidade no poder. A imagem do presidente argentino já está desgastada devido a crise político-econômica que o país enfrenta. Sua estratégia então é a de revezamento com Cristina que, se eleita, ficará até 2011, quando o atual presidente se lançará novamente candidato.

O governo Kirchner, de centro-esquerda, enfrenta atualmente um dilema: se continua com o rumo neoliberal, provocando uma onda generalizada de protestos, ou muda para uma direção "pós-neoliberal" e, neste caso, perderia o apoio dos seus aliados de direita. Em ambos os casos, porém, seria aguçada a luta de classes. Diante do esgotamento do neoliberalismo, a América Latina como um todo passa por esta situação.

A campanha de Cristina baseia-se na premissa de que as mulheres são mais honestas na política que os homens. Isto porém foi posto por terra com o envolvimento de mulheres componentes do atual governo, em escândalos e corrupção. O primeiro caso se deu a menos de quatro meses das eleições, quando uma sacola com dinheiro, o equivalente a R$ 458 mil, foi encontrada no armário do banheiro da ministra da Economia Argentina, Felisa Miceli, levando à abertura de uma investigação e desencadeando uma crise política.

Apesar de tudo, a imagem política de Cristina (visto que a política se cristaliza na imagem do candidato), parece não ter sido prejudicada a ponto de afetar sua candidatura. Ela mantém apoio popular e simpatia de líderes latino-americanos, inclusive Hugo Chávez, que ao ter sua postura política criticada por ela, não rebateu às críticas e ainda elogiou sua figura.

*Dinah da Silva é estudante de Ciências Sociais da UERJ e bolsista pesquisadora do Grupo de Processos Políticos na América Latina Contemporânea do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). Email: dinahteba@yahoo.com.br

Direito de greve no Peru

Andre Philot*

O direito de greve foi atacado e dessa vez não foi aqui no Brasil, mas na terra do presidente Alan García, o Peru. Em meio à greve geral e a queda de sua popularidade para o índice de 24%, o líder do executivo consagrou seu 1° ano de mandato com a criação de diversas leis de repressão aos trabalhadores, demonstrando assim que seu governo é mais um na onda neoliberal latino americana.

A proporção que uma isolada greve de professores da rede pública, metalúrgicos e mineiros tomou, ganhando apoio nacional e se transformando numa greve geral de diversos setores como os trabalhadores da saúde, camponeses e docentes de universidades, foi o estopim de tudo. A manifestação foi tão grande que, no seu ápice, a greve organizou uma manifestação de 50 mil pessoas que paralisou rodovias e aeroportos por todo o país.

Nesse cenário, o governo reagiu e ordenou a invasão da sede do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Peru para a prisão de líderes sindicais. Logo após, numa tentativa banal de justificar seus atos, sancionou leis que impossibilitam aos funcionários participarem de greves, e o pior de tudo, "declarou isento de responsabilidade penal os policiais e militares que causarem lesões ou morte à pessoas durante ações repressivas".

Até agora os dados oficiais contabilizam 4 mortos, 20 feridos e 150 presos políticos. Fechar os olhos para a situação atual do Peru ou simplesmente reagir de forma apática é negar que nosso país possa viver essa realidade em um futuro não tão distante. É preciso estar atento e forte...

*Andre Philot é estudante de filosofia da UERJ e bolsista pesquisador do Grupo de Processos Políticos na América Latina Contemporânea do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). Email: philotbolche@yahoo.com.br

Ao Sul do México, a resistência continua

*Gláucia Almeida**

Em maio de 2006 na região Mixteca no México ocorreu uma greve, semelhante a ocorrida neste mesmo lugar há vinte e seis anos, noticiada em todo mundo pelos diversos exemplos de violência e repressão por parte do governo Urtiz. Da mobilização dos movimentos sociais, partidos políticos e ativistas, foi criada a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO).

Durante os meses de julho e agosto a APPO organizou dezenas de manifestações, ocorridas em outros locais como Chicago/EUA e Berlim/Alemanha, para denunciar a violação dos direitos humanos e questões como: autonomia dos povos indígenas, eqüidade de gênero, solidariedade internacionalista, por um outro modelo econômico-social e cultural que não se baseie no capitalismo/imperialismo, pelo respeito à diversidade sexual e anti-fascismo.

Uma das reivindicações que está em todos os atos da APPO é a liberdade de Flavio Sosa, dirigente da Assenbléia, que está detido desde 4 de dezembro de 2006 em uma manifestação e além dele foram presos cerca de duas centenas de militantes oaxaqueiros (as).

No último dia 17 de agosto foi morto um jovem de 22 anos, Moctezuma Velasco Allende, militante do Movimento de Unificação e Luta Triqui-Independente que é filho de um dos criadores e dirigente da APPO, Miguel Angel Velasco.

Para saber mais acesse: http://www.asambleapopulardeoaxaca.com/appo/

*Gláucia Almeida é estudante da Faculdade de Educação da UERJ e bolsista pesquisadora do Grupo de Processos Políticos na América Latina Contemporânea do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). Email: glaucia.movimento@gmail.com

Expediente

Reitor
Profº Nival Nunes de Almeida
Vice-reitor
Profº Ronaldo Martins Lauria
Sub-reitor de Graduação
Profª Raquel Marques Villardi
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Albanita Viana de Oliveira
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profº João Regazzi Gerk
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª Rosângela Martins Alcântara Zagaglia
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)

Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/UERJ)
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Colaboradores
Maria Clara de Arruda (PROEALC/UERJ)
Gabriela Nunes (PROEALC/UERJ)
Renata Ferreira (PROEALC/UERJ)
Rafael dos Santos (PROEALC/UERJ)
Dinah Silva (PROEALC/UERJ)
Glaucia Almeida (PROEALC/UERJ)
André Philot (PROEALC/UERJ)
Ana Carolina Brandão (PROEALC/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Aline Silveira de Assis (PROEALC/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores